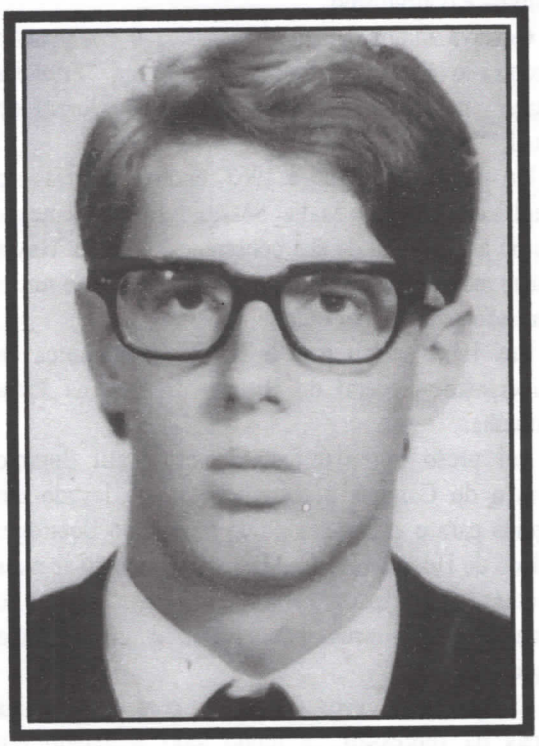
A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo convida para o traslado dos restos mortais de

Flávio de Carvalho Molina



Flávio Molina foi assassinado pela ditadura e enterrado com nome falso na vala clandestina de Perus e seus restos mortais foram identificados no dia 2/9, após 15 anos de abertura da vala. A entrega destes restos mortais aos familiares será no **dia 10/10, às 10 horas no auditório do Ministério Público Federal em São Paulo à rua Peixoto Gomide, 768, em São Paulo**. De lá seguirá para o RJ onde também será homenageado na assembléia Legislativa.

Flávio de Carvalho Molin, Militante do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (MOLIPO), nasceu em 8 de novembro de 1947, no Rio de Janeiro, filho de Álvaro Andrade Lopes Molina e Maria Helena Carvalho Molina. Morreu aos 24 anos, em 1971, em São Paulo.

Cursou o primário nos colégios São Bento e São José no Rio de Janeiro. Era um apaixonado pelo camping e o alpinismo.

Gostava muito de música clássica e era comum encontrá-lo à noite ouvindo o programa "Primeira Classe", na época produzido pela Rádio Jornal do Brasil.

No período de 1966 e 1967, enquanto cursava o científico no Colégio Mallet Soares, no Rio de Janeiro, iniciou a formação de sua consciência política. Havia muitas manifestações estudantis, por um lado, e muita repressão policial, por outro.

Em 1968 entrou para a Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha.

Foi preso em manifestação estudantil durante invasão do Campus pela polícia, sendo levado em seguida para o antigo campo de futebol do Botafogo, ao lado do Hospital Rocha Maia, assistindo ali às mais diversas atrocidades cometidas contra moças e rapazes, colegas seus. Foi fichado e solto no dia seguinte.

Em julho de 1969, vendo-se perseguido pelas forças da repressão, já tendo sido indiciado em inquérito na 2ª Auditoria do Exército, do qual foi posteriormente absolvido, e temendo a possibilidade de ser preso novamente, optou por deixar a casa de seus pais, visando não transferir para a família a repressão a ele dirigida. Trancou matrícula na Universidade e passou a viver clandestino, militando na ALN.

Teve sua prisão preventiva solicitada em duas ocasiões, 06 de novembro de 1969 e 30 de janeiro de 1970.

Viveu em Cuba de novembro de 1969 até meados de 1971, quando retornou ao Brasil.

Manteve contatos com a família através de encontros ou de cartas, até julho de 1970.

Preso no dia 06 de novembro de 1971, em São Paulo, por agentes do DOI/CODI-SP, em cuja sede foi torturado até a morte.

Presos políticos que se encontravam nesse dia nas dependências do DOI/CODI são testemunhas de que Flávio foi assassinado sob tortura no dia 07 de novembro de 1971, desmascarando a versão oficial de que ele teria sido morto ao tentar reagir à prisão.

A primeira informação de sua morte foi em 29 de agosto de 1972, quando "O Globo" e o "Jornal do Brasil" noticiaram o fato como ocorrido em choque com policiais em São Paulo, referindo-se à data retroativa. A família consultou às autoridades quando, então, foi negada a veracidade da notícia.

A prisão e morte de Flávio Molina não foram assumidas pelos órgãos de segurança de imediato.

Sua família tentava desesperadamente alguma notícia, nas prisões e quartéis – tudo em vão. Flávio, já morto, era processado como revel e, apenas quando do julgamento é que seu nome foi excluído do processo por morte, extinguindo sua punibilidade. Mesmo assim, a família não recebeu qualquer notificação sobre o ocorrido.

Somente em julho de 1979 a família, por investigação própria e com apoio dos Comitês Brasileiros de Anistia, tomou conhecimento de seu assassinato através de documentos oficiais anexados a um processo na 2ª Auditoria da Marinha, sem que jamais tivesse havido uma comunicação, mesmo que informal, a seus familiares.

Nessa documentação, a Auditoria é informada da morte de Flávio, cujo corpo tinha sido enterrado como indigente, em 9 de novembro de 1971, no Cemitério Dom Bosco, em Perus, sob o nome de Álvaro Lopes Peralta. Fica evidente a ocultação premeditada do cadáver de Flávio pelos seus assassinos, como mais uma forma de encobrir a morte sob tortura. Nem ao menos retirar os ossos de Flávio foi permitido à família, pois foi sepultado na cova nº 14, Rua 11, Quadra 2, Gleba 1, em Perus – São Paulo, como indigente, em 09 de novembro de 1971, com o nome falso e registro nº 3.054, fora transferido para uma vala comum, em 1976.

A requisição de exame necroscópico no IML/SP, sob o nº 43.715, em 16 de novembro de 1971, com a identidade falsa de Álvaro Lopes Peralta já estava associada à sua verdadeira identidade.

Os médicos legistas Renato Capellano e José Henrique da Fonseca procederam à necrópsia.

A certidão de óbito, com o mesmo nome, foi registrada sob o nº 50.741 – fl. 191V – livro C.73, tendo sido declarante Miguel Fernandes Zaninello, indivíduo identificado em outubro de 1990, como tenente da polícia militar reformado, conforme depoimento prestado à CPI da Câmara Municipal de São Paulo, no mesmo mês.

No documento 52-Z-0 – 38.270, dos arquivos do DOPS/SP constam todos os seus dados, bem como nomes falsos e codinomes, inclusive o de Álvaro Lopes Peralta – com o qual foi lavrada a certidão de óbito e enterrado como indigente no Cemitério de Perus.

Ofício do CENIMAR nº 0396, de 13/07/70, informa que Flávio de Carvalho Molina, usava o nome falso de Alvaro Lopes Peralta, o que demonstra que seu nome verdadeiro era conhecido da polícia bem antes de sua morte e o seu sepultamento com nome falso foi intensional.

Em outubro de 1979, de posse de documentos oficiais, a família abriu processo em São Paulo exigindo retificação de assentamento de óbito e reconstituição de identidade, ganhando a causa em 1981.

Em 09 de outubro de 1981, houve a oportunidade de abrir a vala comum para a família e constatar a existência das ossadas. Percebeu-se naquela ocasião a necessidade de apoio técnico e respaldo político, o que

só foi conseguido em 1990.

Em 4 de setembro de 1990, com a abertura da Vala de Perus as ossadas foram trasladadas para a UNICAMP e posteriormente para o IML de São Paulo.

Em novembro de 1991, transcorridos 20 anos de sua morte, a família, com toda a garra que caracteriza a busca da justiça, abriu processo contra a União Federal na 17ª Vara da Seccional do Rio de Janeiro, protocolo nº 9101180125, sob responsabilidade do Juiz Wanderley de Andrade Monteiro.

A característica romântica de Flávio permitiu que compusesse algumas poesias e pequenos ensaios de peças teatrais.

Transcrevemos abaixo fragmentos de poesias de sua autoria:

"Balada para alguém distante

Por que alguém, mais dia menos dia,
Fica ausente?
Brincando com o coração da gente
Tirando a nossa alegria...
Por que alguém, mais dia menos dia,
Deixa tudo?
Deixando também um coração mudo
De tanta melancolia...
Por que alguém, mais dia menos dia,
Parte para um lugar distante?
Causando uma dor talhante,
Que ninguém mais avalia..."

"Minha presença

A dor que te devora
Muitos a tem agora.
Reage!
Luta contra ela,
Pois senão te dilacera
E ainda mais vais sofrer,
Pois continuará a doer.
Estou aqui.
Aqui, bem junto a ti.
Posso não estar presente
Mas por mais que me ausente
Sempre estarei aqui.

Flávio 12/02/69"